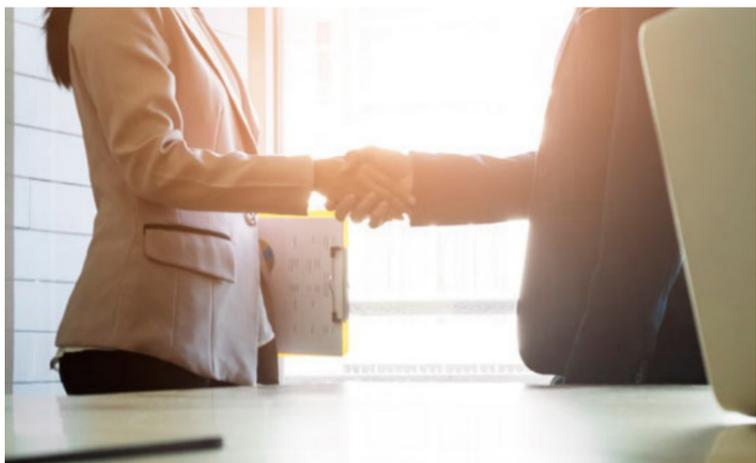


Inscrições para o XI Prêmio Conciliar é Legal se iniciam no dia 8 de setembro



vas e empresa ou grupo empresarial. Os critérios de avaliação se baseiam na eficiência, na restauração das relações sociais, na criatividade, na replicabilidade, no alcance social, na desburocratização, na satisfação do usuário, bem como na ausência ou no baixo custo para implementação de prática e inovação.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizará a 11ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, destinado ao recebimento de práticas que podem contribuir para a solução consensual de conflitos. As inscrições começam no dia 8 de setembro, abertas aos integrantes do sistema de Justiça, instituições de ensino, professores e estudantes, advogados, empresas, entes privados ou mesmo usuários do sistema de conciliação.

Esta edição da premiação levará em conta dois eixos de avaliação: boas práticas e produtividade. O primeiro, boas práticas, é voltado para casos de sucesso que adotem mecanismos de solução consensual de conflitos. O segundo, produtividade, para dados que comprovem a consolidação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos em cada ramo de Justiça, tendo como marco temporal os 12 meses que precedem a Semana da Conciliação.

No eixo de boas práticas, será concedida premiação nas seguintes categorias: Tribunal, Juiz Individual, Instrutores de Mediação e Conciliação, Instituições de Ensino, Mediação e Conciliação Extrajudicial, Demandas Complexas ou Coletivas

No âmbito do eixo produtividade, os dados serão extraídos da base de dados “DataJud – Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário” e do formulário eletrônico a ser disponibilizado no Portal da Conciliação. A partir da análise dos dados lançados nos últimos 12 meses que precedem a Semana Nacional da Conciliação e com observância das fórmulas e glossários constantes no regulamento do Prêmio, serão identificados os tribunais que alcançarem o Índice de Composição de Conflitos (ICoC) mais elevado, dentro de seu segmento de Justiça, com vistas à premiação.

Os Tribunais Estaduais, Federais e Trabalhistas que realizarem o maior número

de acordos na XV Semana Nacional de Conciliação, também, receberão menção honrosa em relação ao total de sentenças e de decisões terminativas de processos passíveis de acordo nos 12 meses anteriores ao mês de realização do evento, segundo os critérios fixados no regulamento. A Semana da Conciliação será realizada no período de 30 de novembro a 4 de dezembro.

Inscrições – As inscrições para XI Prêmio Conciliar é Legal serão realizadas de duas maneiras: interessados nas categorias I (tribunal) e II (juiz individual) deverão se inscrever até o dia 11 de setembro de 2020 por meio do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário.

Para as demais categorias, as inscrições deverão ser feitas entre os dias 8 e 11 de setembro de 2020 mediante formulário a ser disponibilizado na página eletrônica do CNJ.

Os formulários de inscrição serão recebidos até às 23h59 do dia 11/9/2020. A premiação será realizada na data da 1ª sessão ordinária do CNJ em 2021, prevista para ocorrer no dia 1º de fevereiro.

Dúvidas sobre o preenchimento do formulário poderão ser encaminhadas para sistemasnacionais@cnj.jus.br.

Fonte: CNJ

Aspectos dos Juizados Especiais Federais são debatidos em evento virtual da Esmaf



A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) realizou na manhã dessa segunda-feira, 31 de agosto, por meio de seu canal no YouTube, o segundo evento da série on-line “Diálogos Jurídicos com a Magistratura Federal”. Os Juizados Especiais Federais foi o tema discutido em palestras realizadas com a participação do desembargador federal Carlos Pires Brandão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1); da juíza federal Carina Cátia Bastos (SJPA) e da procuradora federal Ivana Roberta Couto.

O encontro virtual foi coordenado pelo diretor da Esmaf, desembargador federal Souza Prudente; pelo vice-diretor da Escola, desembargador federal Wilson Alves, e pelo juiz federal Pedro Felipe de Oliveira Santos.

Na abertura, o vice-diretor da Esmaf, desembargador federal Wilson de Souza, falou da relevância do debate e do papel da Escola na promoção dos diálogos. “Para a comunidade jurídica e para os jurisdicionados que têm mais necessidade da Justiça, esse tema é importantíssimo e demonstra a preocupação da Esmaf em não parar na sua atividade fim, mesmo com todas as dificuldades atuais”.

O encontro foi mediado pelo juiz federal João Paulo Pirôpo, da Subseção Judiciária de Paulo Afonso (SSJPAF), na Bahia. Antes de passar a palavra aos palestrantes, o juiz destacou uma característica de atuação dos Juizados Especiais Federais (JEFs). “Esses juizados abriam a porta de entrada para a Justiça se aproximar da população mais carente com a solução de demandas sobre benefícios previdenciários”, afirmou.

Para conferir um resumo do conteúdo das palestras, acesse: <https://bit.ly/31FvDy0>

Fonte: TRF1



Setembro Amarelo: mês de prevenção do suicídio



Setembro é o mês mundial de prevenção ao suicídio, campanha mais conhecida como setembro amarelo. A cor foi escolhida pela OMS (Organização Mundial de Saúde) como símbolo do programa que incentiva aqueles que têm pensamentos suicidas a buscar ajuda. Cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos, de acordo com dados da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) e, segundo o Ministério de Saúde, mais de 96% dos casos de suicídio estão relacionados a transtornos mentais, depressão, transtorno bipolar e/ou abuso de substâncias – números que colocam essa entre as três principais causas de morte de pessoas entre 15 e 29 anos no mundo.

A implantação do setembro amarelo tem o objetivo de conscientizar a população sobre a importância do tratamento, como explica o coordenador do curso de Psicologia da Anhanguera de Brasília – Taguatinga Norte, Leonardo Boaventura Martins. “Um aspecto que deve ser considerado sobre levar informação do tema e conscientizar a população é criar condições para que possam ajudar quem pensa no suicídio. Este é um transtorno mental, em que a pessoa perde a condição de crítica e de avaliação da situação, sem conseguir pensar em soluções. A campanha dá maior visibilidade à causa, mas é necessário buscar informação e ajudar aqueles que precisam durante o ano inteiro”.

De acordo com a OMS mais da metade de todas as pessoas que cometem suicídio têm menos de 45 anos. Para diminuir essas estatísticas, o diálogo sobre o tema é fundamental. “Existe um tabu de que falar sobre o tema pode de alguma forma estimular a pessoa a tirar a própria vida, mas o suicídio tem etapas: a ideia, o planejamento e, depois, a ação.”, complementa o coordenador da Anhanguera de Brasília.

Para a OMS, suicídio é uma prioridade de saúde pública. No Brasil, o CVV, Centro de Valorização da Vida, atende voluntária e gratuitamente aqueles que quiserem e precisarem conversar, sob total sigilo, por telefone (basta discar 188), e-mail e chat 24 horas todos os dias. O centro realiza apoio emocional e prevenção. (Fonte: Jornal de Brasília)

Aniversariantes

Hoje: Juíza federal Cynthia de Araújo Lima Lopes (14ª Vara), Misael de Souza Carvalho Santos (1ª Vara), Jessica dos Santos Santana (4ª Vara) e Jokebede Lima Damasceno Bezerra (Irecê).
Amanhã: Ellen Silva dos Anjos (Juazeiro) e Filipe Roger de Oliveira Souza (Turma Recursal).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Encarregada: Rita Miranda. Diagramação e redação: Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. Tiragem: 4 exemplares. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br.